

**Economia**

AGRONEGÓCIOS

# Agro+RS vai simplificar processos no campo

Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul informa que já recebeu mais de 200 propostas de melhorias

A versão estadual do programa Agro+ foi lançada ontem no Rio Grande do Sul. Elaborada nos mesmos moldes do projeto do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a edição gaúcha vai simplificar processos e normas de atendimento do setor produtivo para reduzir a burocracia na esfera pública e estimular o crescimento econômico. O Rio Grande do Sul é o primeiro estado a implementar o programa.

O lançamento no Palácio Piratini foi feito pelo governador José Ivo Sartori, pelo secretário da Agricultura, Pecuária e Irrigação (Seapi), Ernani Polo, representantes do Legislativo, do Judiciário e de entidades ligadas ao setor. A iniciativa da Seapi em conjunto com entidades representativas do setor começou a ser planejada após o lança-

mento do programa nacional. A finalidade do Agro+RS é diagnosticar os obstáculos na produção agropecuária e apresentar sugestões para melhorar a situação. O fluxo entre a Seapi e as entidades será desburocratizado e modernizado, o que diminui o tempo de resposta do Estado às necessidades do agronegócio gaúcho e tornará mais eficiente os serviços. “O programa vem para simplificar os processos e procedimentos do setor agropecuário, motor da economia do Estado. O Agro+RS será mais um canal de comunicação para troca de informações e o diálogo entre o setor público e os produtores, sejam eles de pequeno, médio ou grande porte”, afirmou o governador.

Ernani Polo afirmou que o Agro+RS não vai deixar de lado



DANIELA BARCELLOS/PALÁCIO PIRATINI/JC

Lançamento do programa reuniu diversas entidades no Piratini

a sustentabilidade. “Podemos tornar a produção primária mais ágil e menos burocrática, o que, lá na ponta, representa mais geração

de emprego e renda para o estado”, enfatizou. De acordo com o secretário executivo do Ministério da Agricultura, Eumar Novacki, o

Agro+ é a ferramenta de retomada do desenvolvimento para o setor.

As sugestões recebidas serão submetidas à avaliação técnica da Seapi. Assim como foi feito pelo ministério, as demandas serão dadas em resoluções imediatas, de 60 dias (que não envolvam legislação); e em 120 dias (quando envolver legislação). No caso de necessidade de um prazo maior (alteração de texto de lei), as mesmas permanecem sob monitoramento pela equipe técnica. As principais demandas recebidas são das áreas de licenciamento ambiental relacionado à agropecuária; sanidade ambiental; sanidade vegetal; inspeção de produtos; fiscalização de atividades; revisão ou adequação de regulamentos e procedimentos. A Seapi já recebeu mais de 200 propostas de melhorias.

## Farsul mantém cobrança por ações de comercialização de trigo

A Farsul mantém sua preocupação com o comportamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) em relação ao trigo. Desde o dia 19 de setembro o cereal tem a cotação abaixo do preço mínimo, sem que a pasta tenha apresentado alguma proposta concreta de apoio ao produtor e reversão do cenário nesses dois meses.

A entidade aproveitou a visita do secretário executivo do Ministério da Agricultura, Eumar Roberto Novacki, para entregar um ofício pedindo maior atenção à situação do cereal. A carta reforça a necessidade de intervenção da pasta para solucionar o problema vivido pelo produtor, que já se prolonga por mais de 60 dias. Em outubro, a Farsul já havia procurado o Mapa com propostas para a aplicação dos mecanismos de comercialização de trigo. Em documento entregue pelo presidente da Farsul, Carlos Sperotto, ao se-

cretário de Política Agrícola, Neri Geller, a federação propôs que 1,5 milhão de toneladas do produto gaúcho fossem divididas nas operações AGF, Pepro e PEP.

Passado um mês, o secretário acenou apenas com os leilões com volumes bem abaixo do que foi pedido e sem a efetivação dos mesmos. Atualmente, o saco de trigo de 60 kg está sendo comercializado por R\$ 28,30 (cotação do dia 21/11), quando o preço mínimo determinado pela Conab é de R\$ 38,65.

Sperotto lembra que o ministério teve tempo de elaborar um plano para evitar a situação. “Cansamos de avisar sobre o cenário que se formava por meio da Câmara Setorial de Culturas de Inverno do próprio ministério. O que foi ensaiado até então pelo Mapa é bem inferior ao que o setor pediu. Contamos com a sensibilidade do secretário Novacki para reverter o quadro.”

## Sistema único de inspeção é proposta de fiscais

O polêmico Projeto de Lei (PL) que trata da inspeção da fiscalização de produtos de origem animal foi tema de debate nesta segunda-feira, 21 de novembro, em Porto Alegre. Em seminário promovido pelo Sindicato dos Médicos Veterinários no Estado do Rio Grande do Sul (Simvet-RS) intitulado “Terceirização é a solução?”, médicos veterinários, representantes dos fiscais agropecuários das três esferas de governo e municípios debateram o PL 334/15, de autoria do deputado federal Marco Tebaldi (PSDB-SC), e sugeriram alternativas para a norma.

Uma das alternativas foi apresentada pelo representante do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical), Aleksander Dornelles, que informou que o projeto está parado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. A proposta sugerida pela entidade é a viabilização um sistema único de controle oficial de produtos de origem animal com a participação

da União, dos estados e dos municípios prevendo a cobrança de taxas pelos serviços prestados e cumprindo os requisitos legais vigentes do País. No entanto, a proposta como está, atualmente, não é aceita pela categoria. “Inclusive organizações dos consumidores estão nos procurando e se posicionando contra a privatização, pois se trata de saúde pública. No Brasil, com o setor público atuando, já temos problemas, imagina terceirizando para a iniciativa privada?”, questionou.

Na mesma linha, a presidente da Associação dos Fiscais Agropecuários do Estado do Rio Grande do Sul (Afgro-RS), Ângela Antunes, também lembrou a questão dos problemas trazidos para a saúde pública, já que a tendência é que os médicos veterinários fiquem à mercê do interesse das empresas. “Não se resolvem problemas financeiros de governo entregando às empresas a segurança dos alimentos fornecidos a toda uma população. Infelizmente, no

Brasil, desvios como fraudes e abateos são comuns. Estamos muito longe de ter condições de implantar um modelo de inspeção em que não haja a participação presencial do Estado”, observou.

Por outro lado, o coordenador da área de Agricultura da Famurs, Mário Nascimento, pontuou que os municípios são favoráveis ao PL 334/15, porque a falta de servidores no quadro de inspeção vem afetando especialmente as pequenas agroindústrias. Conforme o vice-presidente do Simvet-RS, Ricardo Capelli, esta discussão e a ideia do seminário foram feitas a partir da provocação dos médicos veterinários favoráveis e contrários, que se manifestaram sobre o tema a partir da primeira intervenção do sindicato sobre o assunto. “Lançamos nosso primeiro posicionamento e vimos que o tema gerou muita controvérsia, por isso decidimos ouvir as esferas municipais, estaduais e federais para verificar qual o norte que está se dando para este tema”, reforçou.

UNICRED. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA COOPERATIVA QUE *investe* NOS SEUS SONHOS.

Transformar investimentos em resultados e oportunidades em grandes conquistas: isso é cooperativismo.

**UNICRED** MAIS VALOR PARA VOCÊ

UNICRED.COM.BR